

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

REFLECTIONS ON YOUTH AND ADULT EDUCATION

REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

Dariana Custodio Gimenez Sanchez¹

Marcos Ruiz da Silva²

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender, refletir e analisar, por meio de uma investigação nas literaturas especializadas, algumas concepções sobre a educação de jovens e adultos, buscando identificar o perfil do estudante da Educação de Jovens Adultos e refletir sobre os seus desafios relacionados a uma educação considerada em tempo irregular. Através dos procedimentos metodológicos de Freire, Ferreiro e Vygotsky, podemos ter uma compreensão melhor em torno do indivíduo e da maneira como interage e adquire seus conhecimentos e experiências durante o seu cotidiano. A metodologia do trabalho se pauta em uma pesquisa bibliográfica com estudiosos da área, possibilitando assim compreender a realidade do jovem e do adulto que busca a sua inserção social e cultural em uma sociedade considerada “letrada”, capaz de excluir aqueles que não se encaixam em seus padrões. As implicações socioculturais dos jovens e adultos apontam para novas possibilidades que ultrapassam a sala de aula e o espaço escolar, promovendo mudanças na comunidade em geral. Os resultados encontrados indicam as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos que buscam uma educação de qualidade, que supere a ideia de oprimido e excluído social.

Palavras-Chave: educação; identidade; educação de jovens e adultos.

Abstract

The present research aims to understand, reflect upon, and analyze, through an investigation in specialized literature, some conceptions about adult and youth education, seeking to identify the profile of Adult and Youth Education students and reflect on their challenges related to education considered irregular in terms of timing. Through the methodological procedures of Freire, Ferreiro, and Vygotsky, we can gain a better understanding of the individual and how they interact and acquire knowledge and experiences during their daily lives. The methodology of the work is based on bibliographic research with scholars in the field, thus enabling an understanding of the reality of young and adult individuals who seek social and cultural integration in a society considered "literate," capable of excluding those who do not fit its standards. The sociocultural implications of young and adult individuals point to new possibilities that go beyond the classroom and school space, promoting changes in the community at large. The results indicate the difficulties encountered in the teaching and learning process of young and adult individuals seeking quality education that transcends the idea of being oppressed and socially excluded.

Keywords: education; identity; adult and youth education.

Resumen

La presente investigación tiene como objetivo comprender, reflexionar y analizar, a través de una investigación en literatura especializada, algunas concepciones sobre la educación de jóvenes y adultos, buscando identificar el perfil de los estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos y reflexionar sobre los desafíos relacionados con una

¹ Licenciada em Letras pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: darianagimenez@gmail.com

² Professor no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: marcos.si@uninter.com

educación considerada irregular en cuanto a su temporalidad. A través de los procedimientos metodológicos de Freire, Ferreiro y Vygotsky, podemos tener una mejor comprensión del individuo y de cómo interactúa y adquiere conocimientos y experiencias durante su vida cotidiana. La metodología del trabajo se basa en una investigación bibliográfica con expertos en el campo, lo que permite comprender la realidad de los jóvenes y adultos que buscan su inserción social y cultural en una sociedad considerada "alfabetizada", capaz de excluir a quienes no se ajustan a sus estándares. Las implicaciones socioculturales de los jóvenes y adultos apuntan a nuevas posibilidades que van más allá del aula y el espacio escolar, promoviendo cambios en la comunidad en general. Los resultados indican las dificultades encontradas en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los jóvenes y adultos que buscan una educación de calidad que supere la idea de ser oprimidos y excluidos socialmente.

Palabras clave: educación; identidad; educación de jóvenes y adultos.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas possíveis contribuições teóricas para o processo de aprendizagem dos alunos. A preocupação com a integração na esfera formal e informal da EJA nos levou a aprofundar-nos em teorias relacionadas a essa modalidade educacional, bem como em seu contexto histórico e social. Consideramos aspectos como o analfabetismo, o letramento e a perspectiva do estudante como um indivíduo inserido em sua dimensão social, histórica e cultural dentro desse novo ambiente de aprendizado e experiências.

A modalidade de ensino EJA surge como uma oportunidade para a reintegração educacional de pessoas que, por diversas razões, foram excluídas do sistema educacional. Isso resultou na interrupção de várias etapas educacionais dentro do período etário convencional. Essas pessoas que foram afastadas da escola representam um grupo diversificado, incluindo aqueles que trabalham em casa, cuidam de suas famílias ou pertencem a diferentes segmentos da sociedade.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é compreender as concepções teóricas que abordam a educação de jovens e adultos e suas contribuições para o processo de aprendizagem. Acreditamos que isso possibilitará uma melhor compreensão do cenário dos estudantes da EJA no contexto da educação brasileira. Para realizar essa pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa. Para tanto, realizamos uma revisão de literatura na bibliografia especializada sobre o assunto, incluindo artigos, monografias, dissertações e revistas especializadas na área (Gil, 2008).

2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A EJA conta com orientações específicas sobre orientações de como precisa ser organizada e gerida. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA no Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000 estabelecem que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASIL, 2000.)

A Resolução CNE/CEB 1/2000 enfatiza a necessidade de proporcionar condições adequadas de aprendizagem a esses alunos, considerando seus perfis e realidades (Brasil, 2000). As legislações que abordam as necessidades da educação de adultos resultam da mobilização social ocorrida ao longo dos anos. Conforme Paiva (1983), a mobilização da sociedade em relação à educação ao longo do tempo está ligada à consolidação ou reconfiguração do poder político e das estruturas socioeconômicas. A alfabetização de adultos por meio da educação supletiva era conduzida de maneira similar às atividades realizadas com crianças, com a transferência do conhecimento. Ainda, conforme o autor, a alfabetização era pensada da seguinte forma:

[...] já não era apenas a alfabetização com o mesmo material didático e a mesma metodologia das áreas urbanas, mas a aplicação de princípios de desenvolvimento comunitário e a busca de uma metodologia cada vez mais eficaz no tratamento dos problemas rurais e na educação de sua população: o novo programa significava um avanço ‘técnico-pedagógico’ [...] que deixa de lado a mera alfabetização para tentar um processo de educação comunitária (Paiva, 1983, p. 177).

Pode-se afirmar que abordar a alfabetização para além do simples aprendizado funcional da leitura e escrita representou um passo significativo na evolução do entendimento da EJA. Esse novo enfoque ganhou maior relevância com a introdução das ideias político-pedagógicas de Paulo Freire no final da década de 1950, o que marcou o início de uma mudança substancial na abordagem educacional. Mesmo causando uma revolução entre aqueles que definiam as políticas e aqueles executavam as ações, as proposições de Freire não tiveram força suficiente para se tornarem uma referência norteadora nas políticas públicas.

Uma crítica direcionada à implementação das políticas públicas educacionais da EJA está relacionada ao distanciamento que existia, naquela época, entre os proponentes dessas políticas e a realidade das escolas. Segundo alguns autores, isso era evidenciado pela falta de experiência

prática no campo, aliada à falta de embasamento teórico. Esse cenário, de certa forma, resultava em abordagens tradicionais e mecânicas durante o processo de aprendizagem.

Durante a década de 1970, o período militar trouxe a proibição da utilização de autores como Paulo Freire. Para o Estado, as propostas desse autor, por exemplo, não eram adequadas a uma proposta de educação desejada por eles. Os anos de repressão são representados por uma educação voltada para preocupações políticas, econômicas e principalmente ideológicas que pretendiam conservar o *status quo*. O problema da educação de adultos é deixado de lado, e “as decisões oficiais se pautavam predominantemente por critérios políticos e ideológicos com vistas à sedimentação do poder político e das estruturas socioeconômicas” (Paiva, 1983, p. 265)

A situação começou a se modificar na metade da década de 1980, quando entram em cena os referenciais da educação de jovens e adultos e as contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. A ênfase na utilização dos procedimentos metodológicos sugeridos por esses autores visava a aproximar o ensino da realidade do indivíduo. Dessa forma, o conhecimento passa a interagir com cotidiano e a realidade do aluno, trocando experiências, reconhecendo os trabalhadores como aprendizes.

A década de 1980 é marcada pelo novo processo de crescimento e implementação da democracia no país, possibilitando, assim, o acesso a teorias proibidas no regime militar-autoritário. Segundo a Constituição de 1988, nas alterações do Artigo 208 (Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009):

Art. 1º Os incisos I e VII do Art. 208 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: Art. 208..... I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2003)

A EJA é respaldada pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 como modalidade básica do ensino, destinada a todas as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria, o acesso à educação básica e gratuita é um direito de todos.

3 Algumas contribuições em torno da Educação de Jovens e Adultos

Alguns estudiosos dedicaram-se ao estudo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e entre eles, Paulo Freire fez contribuições significativas. De acordo com Moura (2006), as raízes do trabalho de Freire com a alfabetização de adultos podem ser compreendidas através das experiências vivenciadas pelo professor, educador e coordenador que acumularam preocupações em relação à exclusão social, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação. O autor argumenta que o analfabetismo entre adultos teve um impacto negativo na motivação das crianças em participar do processo de aprendizagem, o que, por sua vez, limitou o acesso a benefícios sociais devido à impossibilidade de integração na sociedade considerada "letrada".

Para Freire (1982) o analfabetismo é considerado uma das expressões concretas de uma realidade injusta, que exige uma educação problematizadora e libertadora. Para ele, a escola narradora e dissertadora onde o aluno é apenas um ouvinte deveria ser superada, pois:

[...] o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável 'encher' os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectado da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que deveria ter ou se transformar em palavras ocas em verbosidade alienada e alienante [...] (Freire, 1982, p. 65).

Entre as diversas críticas de Freire (1982), o autor afirma que, em geral, processo de educação é cruel e os educandos são vistos como depósitos. Isto porque os educadores apenas depositam palavras, obrigando os estudantes a guardarem e arquivarem tudo aquilo que é apenas dito, não estimulando a criatividade nem a transformação da realidade. Na educação bancária, conforme diz Freire (1982), uma hierarquia é reproduzida, criando assim uma relação de opressor e oprimido.

Outra contribuição de Freire (1976) está em sua explicação de que o analfabetismo não é culpa do sujeito e suas limitações ou incapacidades, mas sim das questões socioeconômicas e políticas ao longo da história. Ninguém é analfabeto por escolha "em certas circunstâncias o analfabeto é o homem que necessita ler, em outras é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler" (Freire, 1976, p. 19).

Alfabetizar o adulto está relacionado com a leitura da realidade, não se limitando a reconhecer letras, palavras e frases. Para Moura (2006), a proposição pedagógica de Freire é baseada em uma visão transformadora e crítica, e seu método para alfabetizar adultos está

relacionado a uma teoria de educação e alfabetização em que todos se tornam pesquisadores, educadores e sujeitos aprendizes.

A expectativa de uma educação libertadora propõe transformação da sociedade. Freire (1976) acreditava que os seres humanos transformam a realidade na medida que atuam sobre as suas experiências, e sua consciência é condicionada e expressa nesse condicionamento através de diferentes níveis. Para o autor, a conscientização é:

tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização [...] é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘desvela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (Freire, 1980, p. 29)

Para Freire (1980), a conscientização sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido é fundamental na alfabetização, pois faz parte do processo de construção alfabetizador crítico, possibilitando assim níveis mais profundos de consciência, se tornando um estimulador para os sujeitos que estão realizando uma leitura da sua realidade, possibilitando uma compreensão e organização das condições necessárias de aprendizagem.

Aprender a ler e escrever se fazia, assim, uma oportunidade para que mulheres e homens percebessem o que realmente significava dizer a palavra: um comportamento humano que envolvia ação e reflexão. Desta forma, a palavra deveria ser entendida sempre como a dialética entre ação e reflexão. Palavra verdadeira enquanto práxis (Moura, 2006, p. 89).

A exclusão do ser humano na sociedade em que vive não se limita à dificuldade de ler um documento, uma placa, um jornal ou qualquer documento. Ela se torna mais cruel quando o indivíduo, mesmo alfabetizado, não se dá conta de sua participação política na sociedade. Para Moura (2006), a concepção de alfabetização assumida por Freire levou ao desenvolvimento de uma prática que vai além de uma apropriação de escrita ou da introdução do homem ao mundo “letrado”, tornando o indivíduo capaz de modificar a forma de pensar, agir e de maneira consciente modificar a sua realidade, participando e intervindo de maneira transformadora na sociedade.

É interessante notar que o sujeito não é totalmente analfabeto — no sentido do reconhecimento das letras e palavras. Pessoas que não foram formalmente alfabetizadas já possuem algum conhecimento sobre a língua, uma vez que convivem a vida toda com diferentes

formas de escrita. No entanto, essas pessoas muitas vezes não têm uma reflexão profunda e uma compreensão completa do conhecimento linguístico, levando-as a buscar na escola as habilidades necessárias para atender às demandas e expectativas da sociedade. Elas acreditam que a alfabetização pode trazer mudanças significativas em suas vidas, contribuindo para uma melhor convivência e sobrevivência na sociedade. “Saber ler e escrever muda a vida cotidiana dá mais confiança em si mesmo, na própria capacidade de se expressarem, e permite superar a vergonha de não saber.” (Ferreiro, 1983, p. 211).

Apesar de um adulto dispor de um conjunto de experiências conquistadas ao longo da vida, Ferreiro (1986) explica que os adultos enfrentam na escrita os mesmos desafios que as crianças, pois os conflitos estão relacionados a uma exigência interna de não conhecimento de letras, análise e hipótese silábica, desta forma, durante o processo de alfabetização, os adultos interpretam as informações que recebem e as transformam em sua própria escrita. A nova escrita se caracteriza como fruto de assimilação de objetos, um caminho repleto de “erros” e conflitos que refletem a tentativa de aprendizagem em torno do objeto de estudo.

Embora a alfabetização, em sentido escrito, se refira à aquisição de representação escrita de uma linguagem, tanto a alfabetização de crianças como a de adultos supõem também a aquisição simultânea do sistema de representação por escrito de quantidades e operações elementares com tais quantidades (Ferreiro, 1986, p.7-8).

Moura (2006) explica que as intervenções de Ferreiro atribuem à alfabetização de adultos a necessidade do “rigor teórico-metodológico que a área merece, sem, no entanto, desviar o olhar das questões político-pedagógicas” (Ferreiro, 1986, p. 140). As contribuições da autora trazem o avanço no desenvolvimento das práticas alfabetizadoras, levando em conta que sua visão sobre o assunto transcende as questões de caráter meramente operacional.

Outro estudioso da educação que contribuiu de maneira expressiva para a construção de conhecimentos teóricos sobre a aprendizagem, inclusive de adultos, foi Vygotsky. Este autor esclarece alguns aspectos históricos, culturais e psicológicos na educação de jovens e adultos em relação ao papel do professor e da mediação dos instrumentos no processo de ensino e aprendizagem. Para ele, é nas formas de vida coletiva que surgem os comportamentos individuais, sendo necessária uma conversão das relações sociais em funções psíquicas: as funções são construídas primeiro no coletivo e depois são convertidas em funções psíquicas da

personalidade, de modo que se reconstrua o individual nas situações externas, passando de intersíquico para intrapsíquico, ou seja, elas acontecem de fora para dentro (Vygotsky, 1996).

Ao inserir-se no processo do comportamento, os instrumentos psicológicos modificam de forma global a evolução e a estrutura das funções psíquicas, e suas propriedades determinam a configuração de um novo ato instrumental do mesmo modo que o instrumento técnico modifica o processo de adaptação natural e determina a formação das operações laborais (Vygotsky, 1996, p. 94).

Enquanto sujeito do conhecimento, o homem não tem acesso direto ao objeto, seu acesso é mediado por um sistema de regras que promove o aprendizado, considerado um motor para o desenvolvimento. É através do aprendizado na EJA que as experiências trazem contribuições para a aprendizagem. A concepção de homem como sujeito em constante construção e com potencial em mudanças relaciona-se com os contextos históricos, levando à compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem ocorre através da inter-relação entre os sujeitos mediados por um objeto de conhecimento significativo e por sistemas semióticos.

As operações com signos aparecem como o resultado de um processo prolongado e complexo, sujeito a todas as leis básicas da evolução psicológica. Isso significa que a atividade de utilização de signos nas crianças não é inventada e tampouco ensinada pelos adultos; ao invés disso, ela surge de algo que originalmente não é uma operação com signos, tornando-se uma operação desse tipo somente após uma série de transformações qualitativas [...] (Vygotsky, 1991, p. 52).

Outro aspecto da teoria de Vygotsky (1991) explica que a influência do ambiente resulta no surgimento de novos mecanismos, responsáveis por interiorizar o comportamento de maneira social e cultural não apenas no conteúdo, mas também em seus meios e mecanismos. As novas exigências são responsáveis pelos conceitos e abstrações complexas em relação ao pensamento “cultural” da realidade na educação de jovens e adultos, possibilitando assim generalizações nas formas de comportamento atribuídas pelo autor ao processo de aprendizagem que parte da experiência e do acúmulo de hábitos, atitudes e valores responsáveis por adquirir conceitos e formas de agir e pensar.

O professor é inserido em um contexto sociocultural que permite a internalização dos saberes, transformando-os em signos para si, intervindo de maneira segura e competente na transferência de conhecimento para o outro sujeito, de maneira não autoritária, mas passiva, dialógica, crítica e criativa.

Segundo Vygotsky (1988), é através da escola que o processo de aprendizado ocorre e ela é responsável universalmente pela transmissão e socialização do saber. “A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem [...] conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo o grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia se produzir sem a aprendizagem” (Vygotsky, 1988, p. 115).

4 O estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O jovem e o adulto são considerados “não-crianças”, e esse território da educação nos faz refletir sobre as ações educativas relacionadas ao EJA, delimitando um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior das diversidades culturais encontradas na sociedade contemporânea.

O adulto não é o estudante universitário, nem o profissional com qualificação na sua área com cursos de especialização ou o indivíduo com interesse em se aperfeiçoar nas áreas do conhecimento. Ele é o sujeito excluído dos processos educacionais, proveniente das áreas mais empobrecidas, filhos de trabalhadores não qualificados com baixo ou nenhum nível de instrução, ou o jovem com uma história de não regularidade escolar.

Segundo Gomes (2008), a identidade social possui simultaneamente duas dimensões: a individual e a coletiva. A primeira é composta por nossas ideias, concepções e representações de nós mesmos; e a segunda composta pelos papéis que desempenhamos em cada grupo do qual pertencemos. Nossa identidade social é construída através das interações e das expectativas geradas pelos membros dos determinados grupos que desempenham os nossos papéis sociais, possibilitando, assim, a construção das nossas dimensões individuais e coletivas. É através das experiências adquiridas no cotidiano que o aluno da EJA constrói sua identidade.

Para Giddens (2005, p. 43-44):

Os indivíduos são influenciados pelos cenários culturais em que nascem e amadurecem [...] de modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que têm prioridade sobre outras fontes de significado.

Giddens (2005) menciona dois tipos de identidade: a identidade social que se refere às características atribuídas aos indivíduos e indica quem é essa pessoa (mãe, irmã, médica,

estudante etc.) e a autoidentidade relacionada ao processo de desenvolvimento que formulamos sobre nós mesmos, um processo de reflexão.

[...] a noção de autoidentidade se beneficia muito do trabalho do interacionismo simbólico. É a negociação constante do indivíduo com o mundo exterior que ajuda a criar e moldar seu sentido de si mesmo. Processo de interação entre o eu e a sociedade ajuda a ligar os mundos pessoais e públicos de um indivíduo. Enquanto o ambiente social e cultural é um fator que molda a autoidentidade, a ação e a escolha individuais são de importância fundamental (Giddens, 2005, p. 44).

O estudante da EJA se apresenta como protagonista do conhecimento, responsável por criar e produzir sua cultura, sua identidade através da sua convivência social. As identidades são construídas através de um novo olhar sobre a realidade, sobre o acesso e as novas oportunidades e possibilidades que ensino proporciona a esse jovem ou adulto que um dia já foi excluído do processo de aprendizagem escolar.

Segundo Ferreiro (1993), devemos conhecer o adulto do ponto de vista intelectual e levar em consideração os seus conhecimentos em relação à linguagem e escrita e como ele segue em direção à construção do conhecimento, desenvolvendo assim uma atitude de respeito, fundamental para compreender o ponto de partida desse estudante, rompendo com a ignorância e superando as condições e experiências negativas.

Para Moran (2007), a educação é um caleidoscópio, pois enxergamos nela diferentes realidades e perspectivas, com fundamentos, defesas e lógicas diferentes. Projetamos na educação o nosso olhar, nossas escolhas e experiências e por isso é preciso ter uma visão realista da nossa escola, mas não ao ponto de destruí-la ou se desmotivar, pois as mudanças e possibilidades de uma educação melhor não devem ser deixadas de lado.

A sociedade é educadora e aprendiz, ao mesmo tempo. Todos os espaços e instituições educam – transmitem ideias, valores, normas – e, ao mesmo tempo, aprendem porque – com as mudanças estruturais – não existem modelos prontos e eles vão se adaptando ao novo, a cada situação que se apresenta (Moran, 2007, p. 14-15).

É na educação que visamos o desenvolvimento e o analfabetismo ou o atraso escolar são vistos como um retrocesso, um grande problema da sociedade moderna a ser superado. Durante muito tempo, o analfabeto foi caracterizado como um ser incapaz ou preguiçoso o suficiente para não querer aprender, sendo julgado e não analisado socialmente em relação as suas condições de acesso ou oportunidades.

Ferreiro (1993) explica que a construção de um novo objeto de conhecimento torna-se uma nova aquisição através da contribuição do meio em que se está inserido. O jovem e o adulto incorporado a uma nova realidade para concluir seus estudos se torna novamente inserido no meio escolar e na sociedade, envolvendo-se em atividades de trabalho e lazer relacionadas à sociedade letrada, escolarizada e urbana. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA passa a valorizar o tempo e o espaço para os educandos, baseando-se no princípio de reparação social. Conforme a Lei n. 9394/96 em seu Artigo 1º vigente:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

A educação de jovens e adultos contribui para a definição deste indivíduo e da sua situação social, determinando sua nova condição dentro de um determinado grupo, modificando-se mediante os processos culturais, econômicos, políticos e sociais que o acesso à educação e ao aprendizado proporcionam ao indivíduo um dia excluído da sociedade “letrada”.

5 Considerações Finais

O ambiente escolar para o jovem e o adulto vai além do espaço físico, pois ele é responsável por estabelecer relações de desenvolvimento social do ser humano, considerando as novas possibilidades de acesso à sociedade. Nesse espaço, há a necessidade de promover possibilidades de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas na vida do indivíduo. A busca na aprendizagem auxilia a transformação social para todos, independentemente da idade, condição social ou econômica. Desta forma, a idade não pode ser uma barreira.

Os desafios encontrados ao longo do processo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são resultados dos processos históricos e políticos da educação em diferentes espaços. A EJA enfrenta diariamente as dificuldades em torno das diferentes situações em relação à exclusão do indivíduo e das diferenças sociais e culturais que os jovens e adultos apresentam em sala de aula, enquanto buscam alcançar um espaço na sociedade “letrada”. O estudante do EJA possui um conhecimento que deve ser respeitado e levado em consideração durante o processo de aprendizagem, pois ao contrário das crianças, eles já apresentam uma história de vida, um conhecimento próprio sobre certas situações ou objetos de estudo, o senso comum.

A busca por uma reparação e igualdade social daqueles que não conseguiram frequentar o ensino no tempo determinado podem ser vistos, dentro de um processo em que todos se tornam pesquisadores, educadores e sujeitos aprendizes, ou seja, uma troca de conhecimento e experiências entre todos os indivíduos envolvidos na aprendizagem. A EJA se torna responsável não apenas pela aprendizagem ou reprodução de atividades, mas sim por uma educação de qualidade que leve o indivíduo a não ser mais um oprimido, um excluído social, preparando-o não apenas para reproduzir, mas para ser capaz de aprender, refletir e criticar.

As diversas contribuições teóricas sobre o assunto ajudam o educador e toda a sociedade a estabelecer metodologias, procedimentos, conteúdos de forma adequada ao processo de aprendizagem de adultos. Entre os diversos autores que discutem o tema, é necessário destacar que eles reforçam a necessidade de o aluno ser protagonista em seu processo de aprendizagem. Isto diz respeito a uma educação de caráter crítico e reflexivo, na qual aproxima ainda mais o sujeito da consciência de seus direitos sociais.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Constituição 1988**. Vol. 31. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL. **Lei 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). 1996. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-62> Acesso em 20/out/2015.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

FERREIRO, E. (Org). **Os filhos do Analfabetismo**: Propostas para a alfabetização na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abaurre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. Trad. Maria Antonia Cruz Costa Magalhães, Marisa Nascimento Paro, Sara Cunha Lima. São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRO, E. (Org). **Reflexões sobre a Alfabetização**. 22 ed. Trad. Horácio Gonzales (et al.) São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. *In*: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. A. A construção da identidade profissional do professor: uma análise de egressos do curso de Pedagogia. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 28 de junho de 2008.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre, Artmed, 2005.

MOURA, T. M. M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: Edufal, 2006.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.

VYGOTSKY, L. S. A aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Lev Semenovich Vigotski, Alexander Romanovich e Alex N. Leontiev; trad Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.